

INFORMATIVO bancário



bancariosdf.com.br

Brasília, 16 de junho de 2020

Edição 1.480



BANCÁRIOS DF

Filial do CUT

CONTRAF

FETEC CUT Centro Norte

SINDICATO E COMANDO COBRAM QUE BANCOS RETIREM DA MP 936 ALTERAÇÕES DO ARTIGO SOBRE A JORNADA DE 6H

O Sindicato e o Comando Nacional dos Bancários cobram da Fenaban, em reunião por videoconferência realizada nesta segunda-feira (8), que os bancos respeitem a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e retirem as alterações do artigo 224 da CLT inseridas na Medida Provisória 936, que trata da jornada de trabalho dos bancários.

“Acompanhamos o trâmite desta matéria desde a MP 905 e sabemos o real interesse dos seus proponentes, por isso nossa atuação no parlamento, propondo emendas aditivas a partir da Câmara Federal, como, por exemplo, a que trata da ultratividade dos acordos e convenções enquanto perdurar a pandemia. Da mesma forma, destacamos que a manutenção do artigo 224 na MP é sim um contrabando legislativo, que nada tem a ver com medidas de enfrentamento à Covid-19. O ataque ao direito à jornada legal de 6 horas atenta a convenção coletiva, por isso colocamos para a Fenaban que retirasse a matéria no âmbito

da MP 936”, explica Kleyton Moraes, presidente do Sindicato.

A representação dos trabalhadores também reivindicou a ultratividade da CCT da categoria, ou seja, prorrogar a sua validade, bem como a dos acordos, até que seja assinado um novo documento, propôs que as homologações de rescisões de contratos voltem a ser feitas nos sindicatos e cobrou resposta com relação à complementação salarial dos trabalhadores que receberam alta do tratamento de saúde pelo INSS mas não têm condições de retornar ao trabalho.

A comissão de negociações da Federação Nacional dos Bancos vai se reunir ainda nesta segunda-feira para debater com os bancos as reivindicações da categoria e ficou de dar a resposta até esta terça-feira (9).

A cobrança é que os bancos retirem a proposta de alteração da jornada da MP 936, assegurando a renovação do acordo firmado com a categoria em dezembro do ano passado que mantém a jornada como está.

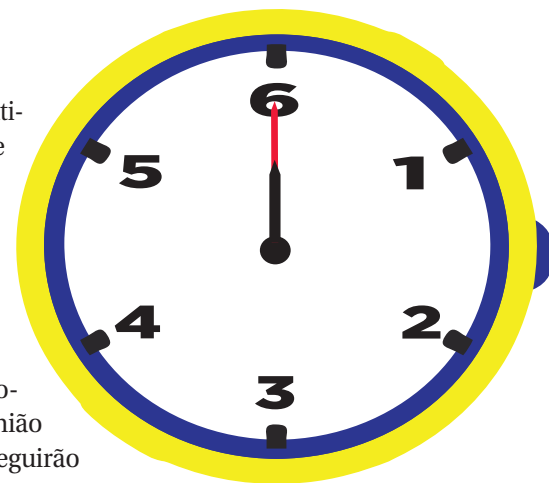
Além disso, assegurar a ultratividade da CCT, que garante aos bancários os direitos nela contidos até o final de 2020 ou, até que se firme um novo acordo, é outro ponto do qual os trabalhadores não vão abrir mão.

O Sindicato e o Comando registram na reunião com os banqueiros que seguirão articulando com os senadores para que não seja aprovada essa alteração ao artigo da CLT que prevê a jornada de 6 horas.

CLÁUSULA 29

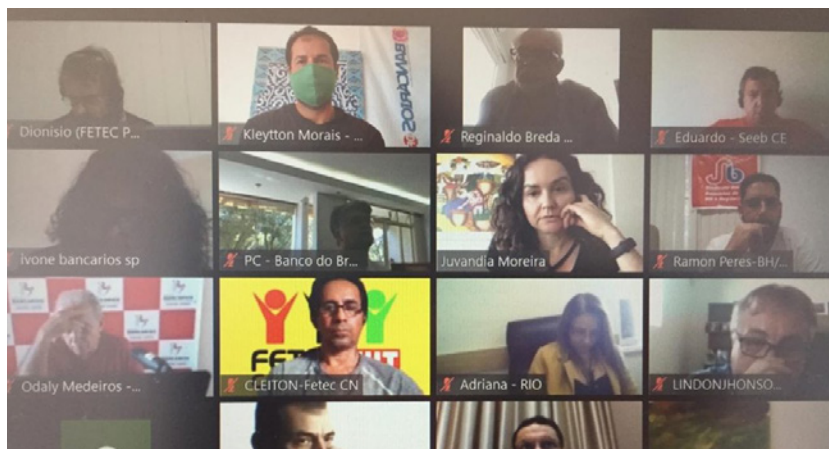
A Fenaban disse que o debate sobre o cumprimento pelos bancos da cláusula 29 da CCT, que trata de complementação de auxílio-doença previdenciário, é uma questão um pouco mais técnica e, por isso, ainda não deram resposta sobre a rei-

vindicação feita na reunião da mesa de saúde ocorrida no dia 3, quando os sindicatos informaram à Federação que as alterações nas regras da concessão de benefícios previdenciários –conforme a lei 13.982– que garante somente o direito a uma antecipação do auxílio doença no valor de um salário mínimo mensal por três meses (R\$ 1.045,00), durante a pandemia, estão prejudicando os bancários e os deixando sem renda.



MUDANÇAS NA JORNADA DOS BANCÁRIOS PODEM SER DESCONSIDERADAS PELO SENADO

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) entrou com requerimento para que o Senado desconsidere as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados nos parágrafos 2º e 3º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os deputados aprovaram alterações na CLT por meio do artigo 32 da Medida Provisória 936, que tramita no Senado como PLV nº 15, de 2020 e, tratam-se de matérias estranhas ao objeto principal da MPV 936, de 2020. O senador informa que o requerimento se fundamenta no entendimento do Supremo Tribunal Federal e também no Regimento Interno do Senado, que proíbe a inserção pelo Legislativo de matérias estranhas em Medidas Provisórias.



ATUAÇÃO DO SINDICATO NA PANDEMIA SALVOU VIDAS. DEBATE SOBRE TESTAGEM E TELETRABALHO GANHA FORÇA

A atuação do Sindicato dos Bancários de Brasília durante a pandemia de Covid-19 alcançou importantes avanços para a categoria e a população em geral. Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) identificou e classificou o surto pandêmico, o Sindicato buscou em todas as esferas públicas medidas que garantissem a proteção das pessoas do contágio.

Restrição ao atendimento presencial, ampliação do teletrabalho para a maioria da categoria, obrigatoriedade de uso dos equipamentos de proteção, rodízio de trabalhadores no sistema presencial e atuação rápida em casos confirmados da doença são algumas das inúmeras ações na área de prevenção à saúde que foram implementadas após atuação direta do movimento sindical. Um imenso desafio se põe agora sobre a questão da testagem. Cobramos dos bancos que os protocolos de saúde sejam cumpridos e que todos os trabalhadores em regime presencial sejam testados.

O debate não para aí. Estamos ainda com inúmeros desafios a serem cumpridos e o nosso trabalho está focado também nas questões relacionadas ao regime de teletrabalho. Nesse momento em que vemos a maioria da categoria atuando nesse tipo de regime laboral, percebemos que existe a necessidade urgente de se regular melhor essa modalidade, para que se evitem os abusos, a sobrecarga e o adoecimento. É inegável que essa nova realidade ganhou força, e por isso precisamos nos debruçar sobre ela a partir da ótica dos trabalhadores.



Vanessa Sobreira
Secretária de Saúde do Sindicato

CAMPANHA EM DEFESA DO BANCO DO BRASIL GANHA AS RUAS DE BRASÍLIA

“O Banco do Brasil é um caso pronto de privatização... e a gente não tá dando esse passo... a gente não consegue fazer nada e tem um liberal lá. Então, tem que vender essa porra logo”. Com essa manifestação na fatídica reunião ministerial do governo Bolsonaro em 22 de abril, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, desferiu de forma aberta e clara o mais contundente ataque ao Banco do Brasil na sua bicentenária trajetória de instituição pública.

De imediato, o Sindicato deu a sua resposta lançando campanha em defesa do BB com o slogan “Nós fazemos a diferença e não estamos à venda. O Banco é do Brasil”.



Cartazes foram espalhados pelas cidades do Distrito Federal levando à população o alerta de que o Banco do Brasil está sob ameaça de ser privatizado e fazendo um chamamento à defesa do banco público como instrumento do desenvolvimento econômico e social do país, papel que exerce ao longo de seus 212 anos de existência.

A campanha busca mobilizar bancários, cidadãos, ativistas sociais, personalidades e políticos comprometidos com os interesses dos trabalhadores e do povo. Na comunicação com o público e com os bancários em seus locais



de trabalho, o Sindicato destaca que “o Banco é do Brasil” e conchama a todos a se somarem às ações contra a privatização pretendida por Paulo Guedes.

“Estamos nos unindo em torno de mais esse esforço pela preservação do BB como instrumento do desenvolvimento nacional, da geração de oportunidades e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros”, diz o presidente do Sindicato, **Kleyton Moraes**.



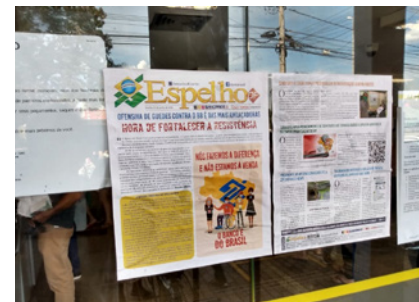
REPERCUSSÃO

A iniciativa do Sindicato vem repercutindo na mídia do DF e nas redes sociais. O Jornal de Brasília destacou que “o Sindicato dos Bancários do DF começou com força total, em Brasília e nas cidades satélites, a campanha em defesa do Banco do Brasil” e que “as peças publicitárias procuram levar à população o alerta de que o banco está sob ameaça de ser privatizado”.

O jornal registra também que

a “a ideia do Sindicato é fazer um chamamento à defesa do banco público como instrumento do desenvolvimento econômico e social do país”.

Além dos cartazes que foram espalhados por todos os cantos do DF, a mobilização em defesa do BB foi lançada em edição especial do informativo Espelho.



REPRESENTAÇÃO CONTRA GUEDES

O presidente do Sindicato, Kleyton Moraes, e a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) protocolaram representação na Comissão de Ética Pública da Presidência da República e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o ministro da Economia, Paulo Guedes, por agressões contra o Banco do Brasil feitas durante reunião ministerial no dia 22 de abril. Conta com apoio do Sindicato também a convocação do ministro para prestar esclarecimento na Câmara Federal. O requerimento é assinado pelos deputados Zé Neto (PT-BR) e Margarida Salomão (PT-MG).

SINDICATO APOIA A CHAPA 1 PREVI PARA O ASSOCIADO. ELEIÇÃO SERÁ EM JULHO



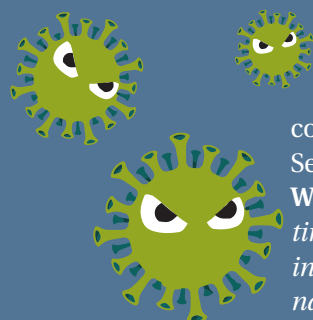
CHAPA 1
Previ para o Associado

BANCOS SÃO OBRIGADOS A EMITIR CAT EM CASOS DE CONTAMINAÇÃO PELA COVID-19

O epicentro da maior crise de saúde do século desembarcou em terras brasileiras. As fronteiras do país foram abertas pelo próprio presidente da República que, com descaso e incompetência, possibilitou que mais de 40 mil brasileiros e brasileiras perdessem suas vidas para o novo coronavírus. A flexibilização das medidas de segurança e de isolamento social, única proposta do governo federal, expõe centenas de milhares de pessoas à contaminação e revela sua face perversa e não empática à situação da população.

Nos bancos, as ações se aproximam das medidas adotadas pelo governo. Apesar das negociações entre os representantes dos bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), algumas instituições colocam em risco a vida dos trabalhadores, de suas famílias, além da de clientes e usuários. O lucro, mais uma vez, é colocado acima da vida e da segurança de milhões de pessoas. Por isso, os bancários devem ficar atentos aos seus direitos, como cobrar dos bancos a emissão de Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) em caso de contágio pelo coronavírus.

“Temos recebido denúncias de várias agências do não cumprimento dos protocolos de segurança básica quando da contaminação de bancário. Nesses casos, é essencial a limpeza da agência e o afastamento dos que tiveram contato com o colega com a suspeita ou confirmação do vírus. E ressaltamos que casos em que os protocolos não forem seguidos devem ser comunicados imediatamente ao Sindicato”, frisa Vanessa Sobreira, secretária de Saúde do Sindicato e empregada da Caixa.



COVID-19 PODE SER ENQUADRADA COMO DOENÇA OCUPACIONAL

O Sindicato lembra que recente decisão do STF reconheceu que a contaminação pelo novo coronavírus se caracteriza como doença ocupacional. Assim, vale a emissão de CAT pelo bancos. Segundo o secretário de Saúde da Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), **Wadson Boaventura**, *“mesmo os bancos descumprindo a NR 7, que trata da obrigação de emitir a CAT, o Sindicato está à disposição dos bancários e bancárias para emitir esse importante instrumento durante a pandemia, de forma virtual. Procure o Sindicato pelos diversos canais de comunicação que a Secretaria de Saúde os ajudará”.*



BANCOS PRESSIONAM PELO FIM DO TELETRABALHO

Uma das investidas dos bancos contra as medidas de segurança é a pressão que estão fazendo pelo retorno ao trabalho presencial, que vai na contramão das orientações da Organização

Mundial da Saúde (OMS) e dos especialistas no assunto. No início do mês, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) recorreu ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Federal para que a Caixa se comprometesse com um “Protocolo de Intenções”, assegurando práticas de prevenção de contaminação da Covid-19 no acesso aos serviços bancários, já que o banco vem adotando tal prática (leia mais sobre o assunto na página 4).

“É muito importante a manutenção do rodízio nas agências e do home office para os bancários que já estão exercendo essa atividade”, cobrou Vanessa Sobreira.



SINDICATO DEFENDE ISOLAMENTO SOCIAL

A recomendação do Sindicato e das demais entidades que representam a categoria é pelo isolamento social e do cumprimento das medidas de segurança. Os representantes dos bancários também cobram que os bancos testem todos os trabalhadores que estão na linha de frente dos atendimentos, medida essencial de prevenção à propagação do vírus.



APÓS COBRANÇA, CAIXA INFORMA PRORROGAÇÃO DE PROJETO REMOTO

Depois de cobrança da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), a Caixa anunciou, na manhã da sexta-feira (12), em comunicado interno aos empregados, a prorrogação do Projeto Remoto até o dia 30 de junho.

Vale lembrar que a reivindicação dos empregados é pela prorrogação do projeto teletrabalho enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Por outro lado, o banco anunciou unilateralmente a volta dos supervisores de regionais ao trabalho presencial nesta segunda-feira (15). A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) cobra negociação para discutir o tema, além da questão das metas e dos protocolos de saúde.

“A prorrogação do prazo de teletrabalho para os empregados da Caixa é uma conquista que vai além dos anseios dos empregados, é uma necessidade da sociedade brasileira de fortaleci-



mento do isolamento social para enfrentamento da pandemia de Covid-19”, afirma Rafaella Gomes, diretora do Sindicato. “Entretanto, a situação está longe de ser a ideal. A Caixa precisa implementar medidas urgentes que resguardecem seus empregados das cobranças de metas abusivas, de demandas que extrapolam a jornada de trabalho e do adoecimento mental”.

COBRANÇA DE METAS EM MEIO À PANDEMIA

Outro ponto da pauta de reivindicações é a postura do banco público de cobrar metas dos empregados em plena pandemia de e enquanto acontece o pagamento do auxílio emergencial.

Para a representante da Contraf-CUT nas negociações com a Caixa, Fabiana Uehara, que também é diretora do Sindicato, a postura do banco contraria os compromissos firmados pelo banco público desde o início da pandemia.

Fabiana Uehara avalia ainda que a atualização dos protocolos contra a Covid-19 feita pela Caixa é um retrocesso, expõe os empregados a mais riscos de contaminação quando, por exemplo, restringe a quarentena em sete dias corridos apenas àqueles que tiveram contato direto com o empregado com confirmação de Covid-19.

CAIXA É OBRIGADA A FIRMAR COMPROMISSO DE ADOTAR BOAS PRÁTICAS DE PREVENÇÃO À COVID-19

A Contraf-CUT assinou no início do mês um “Protocolo de Intenções” com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal e a Caixa para a adoção de práticas na prevenção de contaminação da Covid-19 no acesso aos serviços bancários. O documento impede adoção de práticas prejudiciais à saúde dos empregados, como a ampliação do horário de atendimento nas agências e o trabalho aos sábados e domingo frequentemente.

“Isso é importante, pois existem casos de bancários trabalhan-



do até 15 horas por dia, em total desacordo com a legislação vigente e os acordos coletivos estabelecidos” observou a diretora do Sindicato e representante da Contraf-CUT nas negociações com a Caixa, Fabiana Uehara. “Todo o cenário reforça a importância da Caixa 100% pública e o quão necessária ela é para a sociedade. Mas, temos preocupação com os empregados e a forma de trabalho até então adotada está levando os trabalhadores à exaustão e ao adoecimento, sem contar o risco ao coronavírus”, concluiu Fabiana.

CAIXA DESPREZA CONCURSADOS PARA A TI E DECIDE CONTRATAR 5 MIL TERCEIRIZADOS PARA A ÁREA

A Caixa disponibilizou em seu portal uma consulta pública para contratação de prestadores de serviços na área de Tecnologia da Informação (TI), ao passo que vem se recusando a convocar integrantes do cadastro de reserva composto pelo concurso de 2014. Ao longo desses seis anos, a empresa tem se utilizado, inclusive, de recursos contra decisões judiciais favoráveis à contratação de concursados.

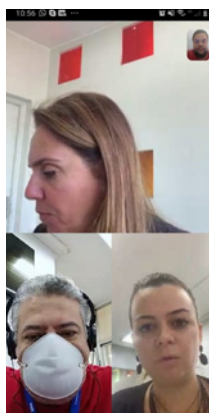
Pelo termo de referência publicado, serão contratados 5 mil trabalhadores para a TI, por meio de “empresas especializadas em prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software dos sistemas corporativos desenvolvidos pela Caixa, com uso de equipe técnica especializada, para atendimento dos diversos serviços oferecidos aos clientes do banco”. Fotografe o QR Code ao lado para ler a documentação na íntegra.



SINDICATO COBRA DO BRB EFETIVA HIGIENIZAÇÃO DE AGÊNCIAS CONTAMINADAS E SOLUÇÃO IMEDIATA PARA OS PROBLEMAS DA SUCER

Na mesa de negociação realizada com o BRB no dia 9 de junho, o Sindicato abordou as reclamações sobre as atitudes do banco em relação à segurança da vida dos bancários que estão na linha de frente nas agências, no caso de contaminação da unidade por Covid-19. Denúncias apontam que o banco promoveu alteração unilateral no atendimento do Protocolo 2, colocando em risco a vida dos bancários que atuam nas agências.

Ao ser cobrado pelo Sindicato, o BRB argumentou que estaria fazendo um trabalho baseado em levantamento estatístico conduzido por sua área de saúde, a Gevit, tendo como parâmetro a proximidade com o contaminado. Porém, as denúncias feitas pelos delegados sindicais e outros funcionários



revelam que o Protocolo 2 vinha sendo, de fato, desconsiderado pelo banco. Houve relato de trabalhador que ligou para a Gevit e foi informado que o protocolo estaria sendo alterado para ficar próximo do praticado no Banco do Brasil e na Caixa.

“O Sindicato não vai aceitar retrocessos nos protocolos e ações que foram construídos para preservar a vida dos nossos trabalhadores, porque qualquer ação errada ou incompleta pode significar a morte, como vem acontecendo no Brasil e em países que afrouxaram a luta contra o Covid-19, o que é inaceitável”, afirma o diretor do Sindicato Ronaldo Lustosa. “A defesa a vida, nesse momento em que a contaminação no Brasil por Covid-19 chega em níveis altíssimos, é a única saída. Devemos avançar e não retroceder”, complementa o diretor Alexandre Assis.

COE ITAÚ APRESENTA DENÚNCIAS AO BANCO

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú apresentou à direção do banco no dia 28 passado algumas denúncias de descumprimento do acordo feito durante a pandemia do coronavírus. A reunião foi por videoconferência.

O primeiro assunto foi o banco de horas negativas, que está com problemas de gestão. Os bancários cobram do banco uma postura mais rígida e ativa. A COE Itaú reivindicou ainda a realização dos testes da Covid-19 para todos os funcionários. O banco disse que no momento não é possível, mas que vai levar o tema para

a mesa de negociação unificada.

Outra questão levada ao banco é como fica, durante a pandemia, o programa AGIR. O banco informou que os funcionários têm garantido mil pontos, referentes ao mês de maio. O Itaú ficou de dar um retorno.

“A COE Itaú também questionou sobre a alteração da forma de pagamento do vale-transporte, já que muitos trabalhadores estão usando condução própria”, informou o diretor **Washington Henrique**, que representa a Federação Centro Norte (Fetec-CUT/CN) na COE. Leia mais em bancariosdf.com.br.



SINDICATO PRESSIONA E ITAÚ PRORROGA HOME OFFICE ATÉ SETEMBRO LEIA MAIS EM BANCARIOSDF.COM.BR

COE BRADESCO EXIGE FIM DA COBRANÇA DE METAS DURANTE A PANDEMIA

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu por videoconferência com a direção do banco, no dia 4, para cobrar a realização de testes laboratoriais para identificar a Covid-19 em todos os

funcionários, além de reivindicar o fim da cobrança de metas durante a pandemia e pedir explicações sobre o fechamento de agências.

O secretário de Comunicação e Divulgação do Sindicato e bancário do Bradesco, **Paulo Frazão**, participou da reunião representando a Fetec-CUT/CN e reiterou a importância da realização da testagem para detectar o coronavírus nos funcionários do banco em Brasília. A diretoria de Recursos Humanos prometeu que o pedido será atendido.



SANTANDER DEMITE FUNCIONÁRIOS E TOMA MEDIDAS CONTRA PREVENÇÃO

O banco Santander descumpriu promessa, anunciada à imprensa e confirmada às entidades sindicais, de que não demitiria funcionários durante a pandemia causada pelo novo coronavírus. No início do mês, o banco mandou embora ao menos 15 trabalhadores na base do Sindicato de São Paulo e há denúncias de que as demissões continuaram a ocorrer nesta e atingiu outras cidades do país.

Além disso, segundo a COE do Santander, o banco, que já havia alterado o protocolo de sanitização

das unidades onde foram confirmados casos de covid-19 e orientado seus diretores de rede de todo o país a produzirem e distribuírem vídeos aos funcionários dizendo que praticamente 100% das agências estão abertas e que os funcionários enviassem o material aos clientes, agora tem forçado o retorno ao trabalho presencial durante a pandemia.



SBT CENSURA INFORME PUBLICITÁRIO DO SINDICATO

A falta de planejamento do governo federal em elaborar um plano de atendimento aos beneficiados pelo auxílio emergencial e o descumprimento, por parte dos bancos, dos protocolos de prevenção ao novo coronavírus foram tratados em comercial elaborado pelo Sindicato. O informe publicitário foi veiculado em emissoras de rádio (spot) dias 21 e 22 e, na TV Globo Brasília, em 25 de maio.

Na tratativa para garantir que a maior parcela da população tivesse acesso ao conteúdo do comercial, o Sindicato dos Bancários de Brasília buscou contratar espaços para veicular a peça em várias rádios e nas emissoras de TV abertas Globo e SBT. Somente o SBT se recusou a colocar o informe publicitário em sua grade em um lamentável e explícito episódio de censura, para proteger Bolsonaro.

MILHARES VÃO ÀS RUAS PELA DEMOCRACIA E CONTRA O RACISMO

Manifestantes realizaram em Brasília, no sábado (13), uma carreta em defesa da democracia. Já no dia 7, houve uma marcha na Esplanada dos Ministérios contra o fascismo, o racismo e pela queda do presidente Jair Bolsonaro, com diversos cartazes, faixas e gritos relacionados ao Black Lives Matter (vida negras importam), pelo assassinato de George Floyd nos EUA.



CRÉDITOS: METRÓPOLES

COM ACORDO ENTRE PARTIDOS, SENADO APROVA AUXÍLIO À CULTURA.
CONFIRA NO PORTAL BANCARIOSDF.COM.BR.

AÇÃO SOLIDÁRIA DO SINDICATO DISTRIBUI QUASE 200 CESTAS EM ÁREA QUILOMBOLA, NO SOL NASCENTE E NO CRUZEIRO



O Comitê de Solidariedade Bancária de Combate ao Coronavírus do Sindicato desembarcou no Quilombo Mesquita (Cidade Ocidental), no dia 27, e no Sol Nascente e no Cruzeiro, no último dia 31, para mais uma entrega de cestas de alimentos e de itens de higiene. Nesta ação, no total, 190 famílias receberam as doações financiadas pela categoria bancária de Brasília. Até agora, o Sindicato já entregou 290 cestas por meio da campanha “Quem tem fome tem pressa”.

No Quilombo Mesquita, as cestas atenderam associações conjuntas dos moradores da Cidade Ocidental A.M.C.O e Gingado Capoeira, IAFEC São Mateus, Associação Afro Ocidental e Associação do Mesquita, bairro Mesquita e outras pessoas da Cidade Ocidental, organizadas pelas associações. No Cruzeiro, foram os alunos da Escola dos Meninos e Meninas do Parque (EMMP). E no Sol Nascente, os contemplados foram os moradores do Assentamento Santarém, atendendo ao pedido das

lideranças comunitárias.

Sandra Pereira Braga, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq) e líder comunitária do quilombo, agradeceu em nome das mais de 160 famílias do Mesquita pela doação. “O Sindicato é parceiro do quilombo, tendo realizado diversas ações em conjunto conosco na defesa do nosso território. Passamos por um momento de dificuldade que reforça a importância da solidariedade, que é o que os bancários estão fazendo”, comentou Sandra.

“O quilombo completou, em 19 de maio, 274 anos de existência e resistência. Todas as famílias que moram aqui precisam ainda da regularização final do território”, disse a quilombola que luta pela titularização do Quilombo Mesquita, um dos 3 mil territórios de povo tradicional reconhecido que não foi titulado.

Durante a entrega das doações, os dirigentes sindicais conversaram com as lideranças comunitárias sobre o ataque que

representa a Medida Provisória 910, conhecida como a MP da grilagem, que caducou mas seu conteúdo está contido no projeto de lei 2633. As investidas do governo federal e do próprio Ministério do Meio Ambiente reforçam a necessidade de resistência e luta em defesa dos territórios de povos originários e tradicionais.

“Agradecemos a todos os bancários que, compreendendo a gravidade da situação que vivemos, atenderam a solicitação do Sindicato e contribuíram com a campanha de solidariedade. Ser empático com o próximo é um desafio em nossos dias e se torna uma necessidade”, diz o secretário de Relações com a Comunidade, Antonio Abdan.

VOCÊ TAMBÉM PODE AJUDAR

Os alimentos e materiais de higiene que compõem as cestas básicas foram adquiridos pelo Sindicato a partir das doações feitas por bancárias e bancários por meio da plataforma quemtemfometempresa. bancariosdf.com.br, que também está disponível no portal da entidade. Para doar, basta seguir as orientações.

O público-alvo das ações do Comitê são catadores de materiais recicláveis, pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica, abrigos para a terceira idade, quilombolas, indígenas, LGBTQs, creches e também, neste momento, categorias formais e informais com menor poder aquisitivo e impactadas pelo desemprego ou pela retirada de direitos nesse momento de pandemia.

